

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E RELIGIÃO: VIVÊNCIAS DE EVANGÉLICAS (NEO)PENTECOSTAIS

Violencia contra la mujer y la religión:
experiencias evangélicas (neo)pentecostales

Violence against women and religion:
experiences of evangelical (neo)pentecostal

RESUMO:

A violência contra mulheres está presente em segmentos religiosos e decorre da construção sócio-histórica desigual entre gêneros. Buscou-se investigar as vivências de mulheres evangélicas (neo)pentecostais que sofreram violências em suas relações conjugais. Foram realizadas entrevistas presenciais com seis mulheres que vivenciaram contexto de violência doméstica, que se autoidentificaram como evangélicas e que frequentaram igrejas (neo)pentecostais. Fundamentada na perspectiva materialista histórico-dialética, identificou-se que a religião (neo)pentecostal é um dos fatores que asseveram a hierarquização dos papéis masculinos e femininos e a submissão das mulheres. Ademais, contribui para a manutenção do relacionamento violento e pode ser uma barreira à denúncia. Paradoxalmente, a religião também é capaz de se constituir em auxílio, uma forma de lidar com os sofrimentos psíquicos e físicos advindos das vivências de violência doméstica.

Palavras-chave: *Religião; Violência doméstica, Religiosidade; Mulheres evangélicas; Violência contra mulheres.*

RESUMEN:

La violencia contra mujeres está presente en grupos religiosos y es resultado de la construcción sociohistórica desigual entre los géneros. El objetivo de este estudio fue investigar las experiencias de mujeres evangélicas (neo)pentecostales que sufrieron violencia en sus relaciones matrimoniales. Se realizaron entrevistas personales con seis mujeres que habían sufrido violencia doméstica, que se identificaron como evangélicas y asistían a iglesias (neo)pentecostales. Desde la perspectiva materialista histórico-dialéctica, se identificó que la religión (neo)pentecostal es uno de los factores que afirman la jerarquía de los roles masculino y femenino y la sumisión de la mujer. Además, con-

ANA CLARA DE ARRUDA NUNES

<https://orcid.org/0000-0001-5616-7262>
Mestre em Psicologia pela Universidade
Federal de Santa Catarina (UFSC). Psicó-
loga, Uberaba/MG, Brasil
E-mail: anaclara.arruda.nunes@gmail.com

TATIANA MACHIAVELLI CARMO SOUZA

<https://orcid.org/0000-0001-8834-7022>
Pós-doutora pela Faculdade de Psicologia
e Ciências da Educação da Universidade do
Porto, professora do curso de Psicologia e
no Programa de Pós-graduação em Saúde
da Família da Universidade Federal Cata-
lão e Professora Permanente do Programa
de Pós-graduação em Psicologia da Uni-
versidade Federal do Triângulo Mineiro
(UFTM). Catalão/GO, Brasil
E-mail: tatimachiavelli@yahoo.com.br

DOI: 10.5935/2175-1390.v25e25012



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons CC BY. Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

tribuye al mantenimiento de relaciones violentas y puede ser un obstáculo para la denuncia. Paradójicamente, la religión también puede ser una herramienta de ayuda, una forma de afrontar el sufrimiento psicológico y físico derivado de las experiencias de violencia doméstica.

Palabras-clave: *Religión; Violencia Doméstica; Religiosidad; Mujeres evangélicas; Violencia Contra las Mujeres.*

ABSTRACT:

Violence against women is present in religious groups and results from the unequal socio-historical construction between genders. The aim of this study was to investigate the experiences of (neo)pentecostal evangelical women who have suffered violence in their marital relationships. Face-to-face interviews were conducted with six women who had experienced domestic violence, who identified themselves as evangelicals and who attended (Neo)Pentecostal churches. Based on the historical-dialectical materialist perspective, it was identified that the (neo)pentecostal religion is one of the factors that assert the hierarchy of male and female roles and the submission of women. Furthermore, it contributes to the maintenance of violent relationships and can be a barrier to reporting. Paradoxically, religion can also be a help, a way of dealing with the psychological and physical suffering arising from the experiences of domestic violence.

Keywords: *Religion; Domestic Violence; Religiosity; Evangelical women; Violence against Women.*

INTRODUÇÃO

A violência contra mulheres pode ser definida como qualquer ato ou conduta, com base no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento de diversas naturezas, vivenciada tanto na esfera pública como na esfera privada (Lei nº 11.340/2006). Como ápice da trajetória de violências, encontra-se o feminicídio, que se configura um crime contra a vida por razões do gênero feminino, menosprezo ou discriminação à condição de mulher e/ou atrelado à violência doméstica. Na maioria dos casos, a violência não ocorre isoladamente, pois uma prática violenta pode resultar em outra ou ocorrer simultaneamente (Bandeira & Magalhães, 2019; Nunes & Souza, 2021a).

As principais formas de violência contra mulheres são: (a) violência física – ocorre quando uma pessoa causa ou tenta causar dano não acidental por meio do uso da força física ou de algum tipo de arma, que pode ou não provocar lesões externas, internas ou ambas; (b) sexual – compreende uma variedade de atos ou tentativas de relação sexual sob coação ou fisicamente forçada, no casamento ou em outros relacionamentos; (c) patrimonial – qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos; (d) moral – qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria; e (e) psicológica – toda ação ou omissão que causa ou visa causar danos à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa (Lei nº 11.340/2006).

Assim como em outros contextos e instituições sociais, a violência contra mulheres também está presente nos segmentos religiosos brasileiros e decorre da construção sócio-histórica desigual entre mulheres e homens. As religiões – entendidas como conjuntos de crenças, rituais e tradições engendradas na cultura e na sociedade – de matriz judaico-cristãs utilizam-se das diferenças físicas e anatômicas entre homens e mulheres para enfatizar uma suposta natureza inferior e pecaminosa da mulher, o que contribui para a naturalização da violência de gênero e a repressão da sexualidade feminina (Carvalho, 2023). Os discursos religiosos, notadamente cristãos, têm a capacidade de sacralizar códigos culturais e simbolismos por meio do trabalho de socialização religiosa. Esses simbolismos exercem grande influência sobre os corpos, pois atuam sem coação física e são estruturados como verdades, servindo como mecanismo de controle (Bourdieu, 1998/2014).

Nessa direção, nos discursos religiosos, Deus opera dando aos maridos (homens) o privilégio de serem líderes espirituais do lar; e, conseqüentemente, às esposas (mulheres), o dever de auxiliá-los a ter êxito no seu papel de sacerdote da casa (César, 2021). Como enfatizam Sandra Souza e Cláudia Oshiro (2018, p. 212), “se a religião afirma a submissão, a obediência e a responsabilidade feminina pela manutenção do lar, ela afirma também a legitimidade da violência contra as mulheres”.

Aliado aos discursos religiosos, outro relevante indicador do lugar privilegiado de poder do homem na sociedade é a própria representação da divindade cristã como masculina. Isso é materializado no fato de os homens, em sua maioria, ocuparem posições superiores às mulheres no âmbito eclesiástico, apesar de o número de mulheres-fiéis ser maior (César, 2021; Rosas, 2020). As religiões cristãs associaram o poder e o exercício do sagrado ao masculino, solidificando essa posição. Assim, conforme Claudirene Bandini enfatiza (2015, p. 187), “este eixo entre sagrado e poder androcêntrico convalida a assimetria de gênero e, logo, legitima as práticas de violência religiosa contra as mulheres, uma vez que elas são declaradas como inaptas para mediar com o sagrado”.

As igrejas evangélicas são grandes produtoras de discursos que reforçam as diferenças naturais entre homens e mulheres, hierarquizando as diferenças (Rosas, 2020). Esses discursos que envolvem a fé e as crenças podem induzir as mulheres a persistirem em relacionamentos violentos, já que o casamento, além de ser afirmado como a vontade de Deus, é visto como experiência sagrada e indissolúvel. Assim, muitas mulheres suportam a violência em prol da manutenção do matrimônio, já que refutar a conduta do homem-marido significaria questionar a ordem e desestabilizar a disposição imposta (Nunes & Souza, 2021a).

Além da visão androcêntrica das divisões dos papéis, apoiada na dominação de gênero, outro fator opera na perpetuação desse sistema: a responsabilização das mulheres pelos cuidados e pelo bem-estar

da família, recorrendo a práticas de oração e fé para mantê-la unida (César, 2021; Nunes & Souza, 2021b; Souza & Oshiro, 2018). Esses valores perpetuam a passividade das mulheres e as induz a continuarem na vivência do relacionamento abusivo.

Outrossim, a culpa é um sentimento abordado de diversas formas nas religiões cristãs e utilizado como instrumento de controle (Roese, 2015). A culpa relaciona-se ao sentimento de desajuste, de não se sentir aceita social e religiosamente. Essa produção subjetiva, principalmente no campo religioso, afeta as mulheres de modo peculiar. É uma sensação ensinada por uma cultura que fomenta estereótipos do que é ser mulher. Mesmo não validando esses estereótipos, eles são apresentados como verídicos, justos e reais. Por meio da culpabilidade, produz-se nas mulheres um mecanismo de controle e de ajustamento às normas, já que a obediência à cultura religiosa é apresentada como forma de felicidade. Em conjunto a isso, a tentativa de sanar a culpa culmina no sacrifício, principalmente no autossacrifício. “O sofrimento, a vitimização, a doação, a entrega de si em favor dos outros e a passividade são afirmados como caminhos de amor e salvação, e imputam a importância de sacrificar-se em favor de outros seres humanos no contexto cristão” (Roese, 2015, p. 212). Por conseguinte, qualidades como o perdão, o autossacrifício e a doação levam as mulheres à aceitação do abuso que sofrem, o que pode acarretar a naturalização da violência.

Apesar de a violência ser prática explicitamente condenável nas religiões, ela se faz presente nas relações religiosas. De modo particular, nas igrejas (neo)pentecostais, as principais violências contra mulheres se dão na dimensão simbólica, servindo-se do papel do homem como patriarca e da hierarquização na própria estrutura institucional, fomentando a visão das mulheres como sujeitos inferiores, na imposição da obediência sem possibilidades de questionamento, na repressão da sexualidade e na condenação constante dos comportamentos ditos indesejáveis (Nunes & Souza, 2021b). Práticas que se iniciam com a violência simbólica se materializam em outras formas de violências nas relações conjugais.

No Brasil, as igrejas pentecostais e neopentecostais têm se popularizado ao longo dos anos, aumentando seu número de adeptos (Mariano, 2014; Pinezi, 2015). Elas possuem características básicas em comum, sendo as neopentecostais uma denominação e uma estruturação religiosa derivadas das igrejas pentecostais. Possuem crenças no carisma, na presença do espírito santo, não assumem rituais estruturados como as igrejas denominadas tradicionais, com a presença de pregações mais livres e uso frequente de músicas e depoimentos dos membros da comunidade religiosa. No entanto, os discursos das igrejas neopentecostais se voltam à guerra contra o diabo e se fundamentam na teologia da prosperidade (Mariano, 2014; Pinezi, 2015).

A vertente neopentecostal crê que Deus se materializa em suas vidas por meio das conquistas financeiras e da saúde física (Mariano, 2014; Pinezi, 2015). Quando não obtém essa prosperidade, o sujeito é responsabilizado, pesa sobre ele o julgamento de que não teve fé suficiente para alcançar a bênção. Essas características vão ao encontro da lógica e da estrutura neoliberal de responsabilização individual pelo sucesso, que advém principalmente da conquista financeira e do acúmulo de bens materiais. Esses discursos religiosos podem contribuir para a garantia de sentido para a vida humana, apaziguando sofrimentos e angústias (Mariano, 2014; Pinezi, 2015). No entanto, também podem contribuir para acarretar submissões e sacrifícios, principalmente para as mulheres (Carvalho, 2023; César, 2021; Nunes & Souza, 2021a; Rocha & Ulrich, 2018; Roese, 2015; Rosas, 2020; Souza & Oshiro, 2018).

Partindo desses aspectos, o estudo teve como objetivo investigar as vivências de mulheres evangélicas (neo)pentecostais que sofreram violências em suas relações conjugais. De modo secundário, buscou-se conhecer os discursos religiosos sobre o papel da mulher na sociedade e identificar diferentes formas de violência a partir de experiências religiosas.

MÉTODO

O estudo é parte do projeto de pesquisa integrado “Violência, gênero e família: implicações na psicologia e sociedade”, com autorização do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Goiás, sob o Parecer Consubstanciado nº 5.271.943. Foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter analítico, a qual, além de permitir entender a diversidade das vivências de violência

doméstica, possibilita compreender, de forma mais aproximada, os significados, as interpretações e as experiências subjetivas das participantes (González-Rey, 2006).

Participaram seis mulheres que se autoidentificavam evangélicas, frequentavam igrejas pentecostais ou neopentecostais, tinham 18 anos ou mais e sofreram violência doméstica perpetrada pelo parceiro. As participantes foram localizadas por dois caminhos: (a) uma participante indicava outra, seguindo, dessa forma, o método bola de neve (*snowball*), ou seja, por meio da indicação de uma participante, localizavam-se outras (Vinuto, 2014); (b) pelo auxílio de pastoras que acreditavam na importância da temática e indicaram como participantes mulheres de sua igreja que haviam vivenciado violência doméstica.

Foram realizadas entrevistas presenciais, semidirigidas, individuais, audiogravadas e transcritas na íntegra. O roteiro de entrevista continha questões sobre o perfil identitário (Tabela 1) e perguntas, visando compreender a subjetividade das participantes quanto às suas vivências e percepções sobre as violências sofridas e a religiosidade. As participantes residiam no estado de Goiás, região à qual as pesquisadoras pertenciam. Embora o estudo seja localizado nesse contexto territorial, compreende-se que esse fenômeno é amplo e ocorre em todo o país, com particularidades regionais. As entrevistadas consentiram com a participação por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e o anonimato foi garantido por meio do uso de pseudônimos.

Tabela 1. Perfil identitário das participantes

Participante	Estado civil	Raça/etnia	Escolaridade	Idade**	Tempo de experiência religiosa**
Cecília	Divorciada	Parda	EFI*	38	16
Marta	Divorciada	Branca	EFC*	61	61
Rosa	Casada	Negra	ESC*	40	40
Lúcia	Casada	Branca	EMC*	46	12
Carla	Divorciada	Parda	EFC*	41	14
Clarice	Divorciada	Negra	EMC*	46	4

Fonte: Autoria própria

* ESC = Ensino Superior completo, EMC = Ensino Médio completo; EFC = Ensino Fundamental completo; EFI = Ensino Fundamental incompleto.

** Quantidade de anos.

Os dados foram analisados e interpretados em uma perspectiva materialista histórico-dialética a partir da psicologia sócio-histórica (Bock, Gonçalves, & Furtado, 2001). Em uma análise materialista histórico-dialética, busca-se “captar o conjunto dos nexos e relações dos diferentes elementos que constituem a totalidade de um objeto ou fenômeno” (Martins & Lavoura, 2018, p. 227). Elementos que engendram as possíveis relações entre religiosidade e violência doméstica foram identificados, como: as vivências de diferentes violências e as práticas religiosas; a violência e seus impactos físicos e emocionais nas mulheres e em seus filhos; e a religiosidade e suas implicações na vivência da violência. As informações foram problematizadas sob a perspectiva das teorias feministas, notadamente, no diálogo com as teólogas feministas e suas produções sobre a temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As participantes tinham entre 38 e 61 anos, sendo quatro divorciadas e duas recasadas (divorciadas dos seus agressores). Todas se autodenominavam heterossexuais. Duas se autoidentificaram como pretas,

duas brancas e duas pardas. Assim, considerando as mulheres pretas e pardas, observa-se que a maioria das participantes eram negras. Apenas uma participante (Rosa) tinha ensino superior completo, três tinham ensino médio completo, uma tinha ensino fundamental completo e uma tinha ensino fundamental incompleto. O tempo médio de vivência no segmento evangélico pentecostal ou neopentecostal foi de 24 anos. Trabalhavam com serviços gerais e vendas e possuíam perfil identitário similar à maioria dos adeptos das igrejas evangélicas: mulheres, negras e da classe trabalhadora (César, 2021; Rosas, 2020). Em face à solicitação das próprias participantes, na análise, não foram identificadas as cidades e igrejas às quais elas pertenciam.

Observaram-se determinantes socioculturais – como o patriarcado, o machismo, além da hierarquização dos papéis masculinos e femininos – nos discursos das participantes e a vivência de todos os tipos de violência – simbólica, física, sexual, moral, patrimonial e psicológica. Foi verificado, na fala de algumas, que seus parceiros usavam os papéis tradicionalmente impostos pela sociedade às mulheres como justificativa para as agredirem e viviam com elas uma relação de posse e propriedade.

É o negócio dele era, geral assim, o machismo. Ele era muito machista, muito machista mesmo. Não tinha esse negócio de... é mulher independente não, mulher tem que... tem que obedecer homem, tinha que obedecer ele, do jeito dele, e... se não fosse do jeito dele, ele passava pra, partir pra porrada mesmo, e... e pronto, num [sic]...tinha outra conversa com ele, não tinha jeito de você conversar com ele, sabe?! (Clarice)

uma discordância dentro de casa, briga todo dia, ciúmes em excesso, possessão, ele gostava de ser possessivo e eu nunca gostei de homem que me possessasse [sic] odeio. Homem não tem que possessar mulher nenhuma, ela tem seus direitos, né?! (Cecília)

Pelos relatos, é possível identificar a objetificação das mulheres, compreendidas como propriedade masculina, logo objetos de controle e dominação dos homens-parceiros. Historicamente, há um processo de desqualificação das mulheres como pessoas com autonomia e poder de decisão sobre suas escolhas e ações. Nessa direção, corre o desejo masculino de que as mulheres vivam e se comportem seguindo as interpretações e compreensões da realidade dos homens (Bourdieu, 2014). Esse controle e dominação masculina são perpassados e incentivados pela cultura, bem como arraigados em aparatos como a religião, sendo associados à virilidade e à masculinidade dominante (Carvalho, 2023; César, 2021; Souza & Oshiro, 2018).

Entre as diversas expressões de violência, as tentativas de feminicídio chamam a atenção devido à gravidade. Os feminicídios são assassinatos de mulheres constituindo-se como a forma mais extrema da violência (Bandeira & Magalhães, 2019; Nunes & Souza, 2021a). O feminicídio dá-se como reflexo da sociedade patriarcal, onde predominam valores culturais e hierarquias que explicitam a dominação masculina. Dessa forma, pode ser visto como ato punitivo e disciplinar contra a vítima, que se tornou vulnerável por ir contra as designações sociais impostas.

De acordo com Lourdes Bandeira e Maria José Magalhães (2019), os assassinatos decorrem de a mulher ter saído da posição de subordinada, visto que o seu afastamento da posição destinada a ela e da hierarquia dos papéis masculinos e femininos pode ser encarado como afrontamento à masculinidade do homem. Esses elementos foram verificados nos discursos das participantes, que, embora tenham narrado experiências de tentativa de aniquilamento de suas vidas pelos (ex)parceiros, não utilizaram o termo feminicídio.

ele me enforcava ... O meu pescoço era todinho marcado. (Clarice)

eu ficava no serviço escondida...porque ele vinha aqui pra [sic] me matar, deixava recado com a minha secretária que trabalhava aqui, falava: “fala para a sua patroinha não vim aqui, porque se ela vier eu vou rasgar o bucho dela”, falava assim com

todas essas letras, eu vou rasgar o bucho dela, vou deixar ela toda nessa garagem enquanto eu não ver isso, eu não vou sossegar. (Marta)

então, aí quando eu me separei, aí ele começou a me perseguir mais ainda, a me ameaçar, inclusive até com arma de fogo, ele já chegou a me procurar com arma de fogo para me matar. E... aí um dia ele me viu na rua e me derrubou com a moto no chão, sabe?! (Lúcia)

mas ele continuou me agredindo verbalmente, muito mesmo, e...e... me ameaçou de morte, se eu não vendesse a casa, pra dá [sic] a parte dele ... então ele falou assim “então de um jeito ou de outro cê [sic] me dá essa casa, porque se não eu vou te matar”. (Carla)

Os feminicídios refletem as estruturas desiguais da própria sociedade, alicerçadas na misoginia e no patriarcado que fomentam a dominação masculina e o ódio ao feminino. Evidenciam também o racismo presente na sociedade e a hierarquização historicamente construída não somente sobre o gênero, mas também sobre a raça/etnia e outros marcadores sociais. No Brasil, os feminicídios contra mulheres negras correspondem a 61,1% desse tipo de crime (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

Enquanto característica ímpar, os feminicídios nas relações conjugais ocorrem após longa rota de violência e se constituem em mortes anunciadas, expressão máxima do desejo masculino por controlar e dominar as mulheres, além de expressar seu poder sobre elas, incluindo retirar as suas vidas (Bandeira & Magalhães, 2019). Percebeu-se que as entrevistadas já viviam uma longa situação de vulnerabilidade e violência doméstica em suas diversas formas.

eu fui vítima de estupro, de apanhar e aceitar tudo que ele queria, eu quantas vezes eu apanhava e eu sentada no sofá e era obrigada a fazer sexo do jeito que ele queria. (Marta)

mas é ele que controla, tipo os aluguéis, eu não tenho acesso a esses valores, não tenho acesso ao gado, à fazenda, eu nunca fui à fazenda, ele nunca deixou eu ir... eu considero sim uma violência patrimonial, já que eu já quis ir lá para ver o que é que tem e ele não deixou eu ir, e como é ele que controla o dinheiro, eu não tenho condições de ir. (Rosa)

e começou verbalmente a me xingar...me diminuía...de toda a forma, entendeu?! Que eu era feia ... e ele fez de tudo, pra... como se eu tivesse doida...é.... eu presenciei ele ligando torneira sem eu ter ligado, filmando e dizendo que eu deixei torneira ligada, e mostrando pras [sic], pessoas, tirando foto, filmando. ... eu descobri que ele próprio me difamou para os vizinhos. (Carla)

Identificou-se que todas as participantes vivenciaram mais de um tipo de violência. Uma delas sabia identificar as formas de violência, contudo o esclarecimento e as informações de que dispunha não evitavam a ocorrência da violência, nem o seu enfrentamento por meio da denúncia aos órgãos competentes. Possuir ensino superior completo e uma boa condição financeira não foram fatores suficientes para evitar a violência ou contribuir para a sua denúncia. Como Heleieth Saffioti (2016) afirma, a violência sofrida perpassa o afeto, com várias dependências recíprocas que dificultam a denúncia, várias barreiras que precisam ser quebradas para que ocorra o enfrentamento, já que somente o esclarecimento sobre a violência vivida não basta.

Como foi observado pelas participantes, a pressão para a preservação do matrimônio que a família, os amigos e a igreja faziam acarretava, muitas vezes, a continuação do relacionamento violento. Além disso, a questão financeira, somada à preocupação com os filhos, também era motivo elencado para evitar a denúncia contra o agressor. Frente a essa impossibilidade, recorrer à fé e às práticas de oração foi a alternativa encontrada para lidar com a violência. Nessa conjuntura, as práticas religiosas, usualmente, são acompanhadas de grande esperança de cessar o sofrimento vivido (Nunes & Souza, 2021b; Souza & Oshiro, 2018), podendo até mesmo se traduzir em redes de apoio.

A figura de Deus foi vista como sendo capaz de aplacar o sofrimento das participantes. Associados a essa crença, valores religiosos como o perdão, a doação, a doçura, a subserviência, o autossacrifício são qualidades ressaltadas como caminho para a salvação e o amor divino (Roese, 2015; Souza & Oshiro, 2018). Mesmo com algumas tentativas de denunciar o parceiro-agressor, algumas participantes recuaram diante da força, do domínio e da coação masculina.

eu tinha que aceitar ele me usar por qualquer lugar. Eu era obrigada. Tem gente que fala, você não era obrigada, mas como que eu ia fazer? Eu ia fazer escândalo? Eu ia abrir a boca e contar pra [sic], todo mundo? Jamais. ...eu não contava pra ninguém, porque naquela época os pais da gente falava: “Casou? Tem que viver”. Tem que viver, aí eu fiquei com aquilo na cabeça, eu não posso contar para os meus pais, e ninguém, ninguém da minha família sabia, ninguém, ninguém, foi saber depois que tudo explodiu, né?! Aí as minhas irmãs ficaram revoltadas, “não acredito, por que você não pegava um pau e batia nele?”. Eu falei não, não tinha coragem, e eu também, na presença de Deus, eu queria ficar livre, né, assim! (Marta)

aí eu fui ficando sem dormir direito, sem comer direito, eu fui jejuar, porque a gente que é evangélico, acredita muito nessas coisas. (Carla)

Eu cheguei é...por várias vezes pegar a faca pra [sic], poder enfrentar ele, e ele pegava no meu punho, e.... aí apertava tanto que eu não tinha força na mão para poder segurar a faca. E aí era onde ele torcia o meu braço, sabe?! (Clarice)

A violência doméstica esteve presente no cotidiano das participantes e de seus filhos. As entrevistadas relataram que as crianças foram violentadas e negligenciadas pelos (ex)parceiros, culminando em consequências físicas, psicológicas e sociais. Nessa perspectiva, a exposição às situações de violência conjugal pode comprometer a saúde mental dos filhos e incorrer em diversos outros prejuízos sociais e afetivos (Jung & Campos, 2019). Ainda, o fato de os filhos presenciarem cenas de agressão pode contribuir para o adoecimento mental das mulheres, pois estas se sentem culpadas pela exposição de suas crianças à violência doméstica.

que ele queria...me matar...matar meu filho e....e deu um murro na minha secretária assim, no meio dela, que ficou o hematoma muito grande, muito tempo, ele ia dar esse murro no rosto, na cara do meu filho, na cabeça para matar. Aí meu filho mais novo...e...o estresse dele ficou tão alto que deu assim....caiu os cabelos, os montinhos. (Marta)

Agora ele me deixar sem dinheiro...foi umas semanas muito difíceis, e o medo mesmo de não ter dinheiro pra [sic] comprar nada pras [sic] crianças, porque eu fiquei com medo dele punir até as crianças. (Rosa)

e aí ele me bateu muito, me jogava no chão na frente dos meus filhos, e foi assim, muito triste. (Lúcia)

Mas...é difícil pra mim, falar nisso, sabe por quê? Porque meus filhos viu tudo, sabe, viu tudo, eles presenciou tudo [sic], e... ele me enforcava, ele me agredia com socos e murros, ele puxava o meu cabelo. (Clarice)

Além dos sofrimentos da violência que se estenderam aos filhos, familiares e comunidade, percebeu-se o impacto de ordem econômica, psicológica, comportamental e interpessoal, gerando nas participantes sequelas na saúde tanto física quanto emocional. Muitas dessas sequelas se relacionam com fatores como humilhação, vergonha e sentimentos de desamparo e a desvalorização.

De acordo com Isabella Andrade e Tatiana Souza (2023), esses sentimentos causam efeitos negativos na autoimagem e na autoestima, ocasionando maior aceitação da vitimização e/ou tentativa de suicídio como válvula de escape para os abusos sofridos. Contudo, notou-se que a crença em Deus e o apego aos filhos, para as participantes, foram de suma importância para que o suicídio não fosse concretizado. A vivência da fé por meio da igreja foi um caminho encontrado para lidar com a situação de violência, sem recorrer a formas mais drásticas para cessar o sofrimento. Logo, a crença em Deus foi um cerceador de uma possível tentativa de suicídio.

Eu tinha vergonha...do...que...eu passava, do que eu apanhava, do que eu sofria, eu era coagida, e...e eu tinha vergonha. Às vezes, eu tinha vergonha e nojo de mim mesmo... por certas coisas.... assim o meu psicológico tá abalado, porque eu andava com o meu endereço...e....dentro da bolsa ... tinha dia que eu tava com vontade de entrar debaixo dos carros ... eu tinha que atravessar pra ir para o meu serviço e eu falava assim: “Nada, eu vou entrar debaixo de um carro desses e vou me matar, eu não aguento mais, e o endereço, o telefone de todo mundo, da minha patroa, daqui de casa, porque se eu for...se eu for entrar debaixo de um carro, ele vai pegar a minha bolsa e vai achar tudo isso, eu andava com tudo isso no bolso, mas quando eu pensava vou fazer, Deus colocava no meu...no meu coração: “E seus filhos?! E os seus filhos?!”. Eu pensava, eu vivi e vivo até hoje em razão, assim, a razão do meu viver são os meus filhos ... quando eu pensei agora eu vou viver, vou ...vou tudo...aí veio, descobriu esse problema meu, não tem cirurgia mais, não tem nada, eles falaram da cadeira de roda, mas Deus não vai deixar, eu ando de andador, tem dia de bengala, tudo foi é...e... em sequência, em consequência do serviços e dos sofrimentos, eu tenho um começo de...de Parkinson por causa disso, tudo isso é um encarceramento [sic] de muitas sequelas. (Marta)

A vergonha e a culpa são vistos como sentimentos morais generativos e ideologizados, cuja função é manter a ordem social excludente, como ressalta Bader Sawaia (2014). A culpa sobre o oprimido recai por meio da hierarquização e da legitimação pela ordem nas zonas mais profundas dos corpos (Bourdieu, 2014). Observou-se que sentimentos como a culpa, a vergonha e o nojo recaíram sobre as participantes. Esses sentimentos naturalizados nos corpos femininos, resultantes da dominação masculina, são usados para manter a ordem social excludente, o que pode gerar grave adoecimento psíquico e naturalização da violência vivida (Andrade & Souza, 2023).

eu estava dentro da empresa, aí eu comecei a ver coisas, eu não tava [sic] dormindo nem comendo! Aí eu surtei dentro da empresa...não conseguia sair do lugar, ainda bem que foi na entrada da empresa ... sedaram, me levaram para o hospital ... eu emagreci 26 quilos... porque eu achava que o meu filho ia morrer, porque ele tava [sic] longe de mim...aí me levou para o hospital daqui, que é hospício mesmo, é onde interna as pessoas que têm problema mental, psicológico. O que eu passei lá dentro eu não desejo pra [sic] ninguém, eu passei três dias amarrada na maca, porque eles com medo de eu me machucar, porque eu, né?! (Carla)

Segundo Andrade e Souza (2023), muitas mulheres em situação de violência apresentam características como medo, baixa autoestima, depressão e ansiedade. A situação traumática pode colaborar para o suicídio, bem como para o adoecimento psíquico e o isolamento social. Esse isolamento acaba por afastar o convívio social e familiar, comprometendo os vínculos e a participação social. Para Sawaia (2014), diante de situações de exclusão, há a projeção para o não reconhecimento das potencialidades do sujeito, o que se dá na esfera da subjetividade. Esse sofrimento psíquico tem origem na dimensão coletiva da vida.

Para as mulheres cristãs, o autossacrifício tem valor ímpar, pois são influenciadas pela teologia cristã, que destaca a renúncia, a tolerância e a dor como preceitos fundamentais. Dessa forma, a associação da imagem divina com o sacrifício pode tornar a violência sacralizada (Rocha & Ulrich, 2018). Características como a capacidade de se doar, perdoar e sacrificar-se em prol do próximo são enaltecidas. Esses atributos podem levar as mulheres a aceitarem o abuso de forma passiva (Nunes & Souza, 2021b). A glorificação do sofrimento é perigosa para as mulheres, pois há a ideia de um Deus que permite o sofrimento, logo pode permitir relações injustas e, assim como Jesus se sacrificou, elas também devem se sacrificar para manterem o casamento e a família unida (Roese, 2015).

As participantes atribuíram às forças divinas a capacidade de suportarem a violência. Por outro lado, percebeu-se também a ideia de livramento, ou seja, Deus foi o responsável pelo fim da violência doméstica sofrida por elas, livrando-as dessa situação. Dessa forma, o rompimento da relação violenta para elas transcendeu suas escolhas, foi obra divina. Nessa perspectiva, Deus foi caracterizado somente com qualidades positivas, logo elas não o culpabilizavam pela violência sofrida, pelo contrário, o enalteciam pelo fim da experiência violenta.

Então assim, eu falo, eu acho que foi livramento de Deus...Ele...ter me livrado dele, porque senão teria acontecido uma desgraça maior...sabe?! (Clarice)

E sabe quantos anos Deus me deu forças pra [sic] suportar? Trinta e três anos, até eu criar os meus filhos, quando casou o último, Deus tirou ele de dentro de casa. (Marta)

Notou-se outro aspecto presente na teologia cristã: a culpabilização dos indivíduos pelos seus atos e o medo da punição. Nessa lógica, o medo também serve como importante influenciador de ações, com o intuito de evitar, reforçar e controlar comportamentos em vista do receio da punição. Assim, o controle do comportamento pode ser visto como uma forma de dominação. “A culpabilização e o autossacrifício também funcionam neste sistema como modo de fazer valer o sistema de dominação e, por outro lado, revelam como os grupos dominados são capazes de criar e manter modos de colaboração com o sistema” (Roese, 2015, p. 223). A violência opera como forma de subordinação e controle, juntamente aos papéis sociais impostos ao masculino e ao feminino, presentes em instituições como as religiosas, podendo acarretar a naturalização desse sistema (Bourdieu, 2014; Nunes & Souza 2021a, 2021b).

Os valores religiosos atrelados ao medo da punição podem contribuir para a manutenção da violência contra as mulheres na medida em que geram passividade, tolerância e violência, além da crença de que o autossacrifício acarreta salvação diante de Deus. A passividade, vinculada às consequências geradas na vida das mulheres, pode favorecer a dominação do agressor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou investigar as vivências de mulheres evangélicas (neo)pentecostais que sofreram violências em suas relações conjugais. Os resultados apontaram, nas experiências religiosas (neo)pentecostais, elementos que podem favorecer as desigualdades de gênero e a perpetuação das violências, além de contribuir para evitar a denúncia das práticas violentas. Sendo assim, notou-se, no discurso das participantes, a pressão religiosa para a preservação do matrimônio e da família tradicional. Para elas, na tentativa de manutenção dos relacionamentos, recorrer à fé e às práticas de oração também era

uma alternativa para lidar com a violência. A crença em Deus foi uma forma encontrada para amenizar o sofrimento diante da violência. Juntamente a essa crença, valores religiosos como o perdão, a doação, a doçura e o autossacrifício foram ressaltados nos discursos.

Dessa forma, esses valores podem propiciar a passividade e favorecer a dominação do agressor sobre a vida da mulher. Percebeu-se que a religião pode ser um mecanismo para as mulheres lidarem com a violência, ainda que seja recorrendo a Deus em busca de auxílio para cessá-la ou ainda para suportá-la. Identificou-se, nos relatos das entrevistadas, a presença marcante de tentativas de feminicídios por parte dos (ex)companheiros, sendo necessárias novas pesquisas para melhor apropriação da relação entre as tentativas de feminicídio e a vivência religiosa. Ademais, verificaram-se limitações na execução do presente estudo, dada a dificuldade das pesquisadoras em encontrar mulheres dispostas a concederem entrevistas e relatarem suas vivências. Os dados apresentados se referem ao contexto do estado de Goiás, assim, destaca-se a importância de iniciativas em outros territórios.

Por fim, ressalta-se que as discussões apresentadas resultam da articulação entre a psicologia sócio-histórica e teorias feministas, em especial, das teólogas feministas. A articulação entre essas duas vertentes teóricas parece ainda incipiente, dada a escassez de produção nacional tanto na área de Psicologia quanto na dos estudos feministas sobre a intersecção entre as experiências de mulheres (neo) pentecostais e as vivências de violência doméstica, sendo importante novos estudos na área.

REFERÊNCIAS

- Andrade, Isabella Parreiras & Souza, Tatiana Machiavelli Carmo** (2023). Saúde mental de mulheres sobreviventes a tentativas de feminicídio. *Revista de Psicologia*, 14, e023017. <https://doi.org/10.36517/revpsiufc.14.2023.e023017>
- Bandeira, Lourdes Maria & Magalhães, Maria José** (2019). A transversalidade dos crimes de feminicídio/femicídio no Brasil e em Portugal. *Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal*, 1(1), 29-56. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/123178/2/361526.pdf>
- Bandini, Claudirene** (2015). Supera as desigualdades de gênero: primeiro passo para adentrar no século XXI. In Souza, Sandra Duarte & Santosm Naiara Pinheiro (Orgs.), *Estudos Feministas e Religião: Tendências e Debates* (pp. 185-197). Prisma.
- Bock, Ana M. B., Gonçalves, Maria da Graça, & Furtado, O.** (Orgs.). (2001). *Psicologia sócio-histórica: Uma perspectiva crítica em Psicologia*. Cortez.
- Bourdieu, Pierre Félix** (1998/2014). *A dominação masculina* (12ª ed.). Bertrand Brasil.
- Carvalho, Livia** (2023). A influência do cristianismo na repressão sexual e sexualização dos corpos das mulheres. *Coisas do Gênero: Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião*, 9(1), 136-149. https://198.211.97.179/periodicos_novo/index.php/genero/article/view/2152
- César, Marília de Camargo** (2021). *O grito de Eva: A violência doméstica em lares cristãos*. Thomas Nelson Brasil.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública** (2023). *Anuário de Segurança Pública 2023: Informação para gerar transformação*. Autor. <https://forum-seguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>
- Jung, Valdir Florisbal & Campo, Carmen Hein** (2019). Órfãos do feminicídio: Vítimas indiretas da violência contra a mulher. *Revista de Criminologias e Políticas Criminais*, 5(1), 79-96. <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0065/2019.v5i1.5573>
- Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.** (2006). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
- Mariano, Ricardo.** (2014). *Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil* (5ª ed.). Edições Loyola.
- Martins, Lígia Márcia & Lavoura, Tiago Nicola** (2018). Materialismo histórico-dialético: Contributos para a investigação em educação. *Educar em Revista*, 34(71), 223-239. <https://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.59428>
- Nunes, Ana Clara de Arruda & Souza, Tatiana Machiavelli Carmo** (2021a). Análise de tentativa de feminicídios em mulheres com vivências religiosas. *Revista venezolana de estudios de la mujer*, 26(57), 32-47. http://saber.ucv.ve/ojs/index.php/rev_vem/article/view/23222/144814489487
- Nunes, Ana Clara de Arruda & Souza, Tatiana Machiavelli Carmo** (2021b). Análise das vivências de violência doméstica em mulheres evangélicas pentecostais e neopentecostais. *Rev. SPAGESP*, 22(2), 58-72. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702021000200006&lng=pt&nrm=iso
- Pinezi, Ana Keila M.** (2015). *A vida pela ótica da esperança: Um estudo comparativo entre a Igreja Presbiteriana do Brasil e a Igreja Internacional da Graça de Deus*. UFABC.
- González-Rey, Fernando** (2006). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: Os processos de construção da informação*. Cengage.

Rocha, Abdruschin Schaeffer & Ulrich, Claudete Beise (2018). A dessacralização da violência contra as mulheres no altar do patriarcado: reflexões a partir dos conceitos desejo mimético e bode expiatório em René Girard. *Reflexus*, 12(19), 15-38. <https://doi.org/10.20890/reflexus.v12i19.718>

Roose, Anete (2015). Culpa, autossacrifício e responsabilidade: Aspectos psicossociais e religiosos da violência doméstica. In S. D. Souza & N. P. Santos (Orgs.), *Estudos Feministas e Religião: Tendências e Debates* (199-225). Prisma.

Rosas, Nina (2020). *Mulher, pra que religião?* Uma crítica aos conselhos conservadores da pastora Ana Paula Valadão. Independently Published.

Saffioti, Heleieth Iara Bongiovani (2016). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, 16, 115-136. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>

Sawaia, Bader (Org.). (2014). *As artimanhas da exclusão* (14ª ed.). Vozes.

Souza, Sandra Duarte & Oshiro, Claudia Poletti (2018). Mulheres evangélicas e violência doméstica: O que o poder público e a igreja têm a ver com isso? *Caminhos*, 16(2), 203-219. <http://dx.doi.org/10.18224/cam.v16i2.6730>

Vinuto, Juliana (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>

Histórico	<p><i>Submissão: 12/09/2023</i></p> <p><i>Revisão: 08/04/2025</i></p> <p><i>Aceite: 08/04/2025</i></p>
Editor científico	<i>Antonio Euzébios Filho</i>
Contribuição dos autores	<p><i>Conceitualização: ACAN; TMCS</i></p> <p><i>Curadoria de dados: ACAN; TMCS</i></p> <p><i>Análise formal: ACAN; TMCS</i></p> <p><i>Investigação: ACAN; TMCS</i></p> <p><i>Metodologia: ACAN; TMCS</i></p> <p><i>Escrita original: Escrita - revisão e edição: ACAN; TMCS</i></p>
Financiamento	<p><i>EDITAL PRPI Nº 05/2017 - PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - PIIC/PRPI/UFG. Bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).</i></p>
Consentimento de uso de imagem	<i>Não se aplica.</i>
Aprovação, ética e consentimento	<p><i>O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Goiás, sob o Parecer Consubstanciado nº 5.271.943.</i></p>